

PARA UMA INTRODUÇÃO DA CRÍTICA GENEALÓGICA DA MORAL EM NIETZSCHE

GUSTAVO AUGUSTO DA SILVA FERREIRA - Graduado em Teologia Pelo Instituto João Calvino de Humanidades (IJCH) ; Graduando em Filosofia na Universidade Estadual do Ceará (UECE).
E-mail: professorgustavoferreira@hotmail.com.br

Resumo: O presente trabalho tem como principal temática a problemática da moral que se dá na sociedade pós-moderna. A moral ocidental herdada da cultura europeia, influenciou e influencia até hoje o âmbito da política, da ética e da economia. Questões como: “o que é certo e errado?”, “o que é bem e mal?”, “será que realmente existem princípios universais, e se existem, por que se modificam e por que são seguidos, já que são universais?”, “qual o interesse do homem nisso?”. A genealogia da moral surge não apenas como um questionamento acerca das origens da moral na história antropológica, mas também como um questionamento acerca da sua aplicação em todos os atos humanos. Fundamentado no pensamento do filósofo alemão Friedrich Nietzsche, iremos expor a moral em sua genealogia e suas consequências. A conclusão disso será uma ideia de onde a civilização chegou com seus valores e o questionamento sobre quais valores seguir, aceitar e criar.

Palavras-chave: Trabalho. Moral. Homem. Valores.

Resumen: Este trabajo tiene como tema principal el tema de la moral, que tiene lugar en la sociedad post-moderna. El legado moral de la cultura europea occidental ha influido e influye incluso en la actualidad en las políticas, la ética y la economía. Preguntas tales como: “¿Lo que es bueno y lo malo?”, “¿Qué es el bien y el mal?”, “¿Habrá realmente son principios universales, y si no, por qué cambiar y por qué se siguen, ya que son universales?”, “¿que el interés del hombre en eso?”. La genealogía de la moral se presenta no sólo como una cuestión sobre los orígenes de la moral de la historia antropológica, sino también como una investigación sobre su aplicación en todos los actos humanos. Basado en el pensamiento del filósofo alemán Friedrich Nietzsche, vamos a exponer la moral en su genealogía y sus consecuencias. La conclusión es que la idea de que la civilización llegó a sus valores y cuestionamientos acerca de lo que los valores por debajo, aceptar y crear.

Palavras-chave: Trabajo. Moral. Hombre. Valores.

I - Introdução

A palavra *Moral* deriva do termo latino *mores (morales)*, “relativo aos costumes”, ou simplesmente costumes. Seria importante referir, ainda, quanto à etimologia da palavra “moral”: esta se originou a partir do interesse dos romanos em traduzirem a palavra grega *êthica*. E assim, a palavra *moral* não traduz por completo, a palavra grega originária (e até mesmo em sua etimologia esta tradução não pode ser vista como completa e leal ao sentido original). É que *êthica* possuía, para os gregos, dois sentidos complementares: o primeiro, como se sabe, derivava de *êthos* e significava a interioridade do ato humano, ou seja, aquilo que gera uma ação genuinamente humana e que brota a partir de dentro do sujeito moral, ou seja, *êthos* remete-nos para o âmago do agir (*práxis*), para a intenção e para a efetivação de tal intenção. Por outro lado, *êthica* significava também *êthos*, remetendo-nos para a questão dos hábitos, costumes, usos e regras, o que se materializaria na assimilação social dos valores na vida prática e cotidiana.

A segunda interpretação do termo em sua etimologia é a que mais nos interessa, pois é a que vingou mesmo não tendo excluído a que lhe precede. Contudo, ambas são complementares. A moral é atualmente entendida como “um conjunto de regras de convivência inerentes às sociedades humanas”. Claro que este entendimento atual não exclui o que citamos acima, tendo nele sua fundamentação. A moral nasce no centro da Ética. De modo geral compreendemos a Ética como um conceito que está associado ao estudo fundamentado dos valores morais que orientam o comportamento humano em sociedade, enquanto a moral são os costumes, regras, tabus e convenções estabelecidas por cada sociedade. Numa distinção feita grosso modo não se poderia falar de uma sem citar a outra, mas no âmbito do debate filosófico podemos debater um dado conceito relativo ao agir humano desapegando-o de seu complemento, ou seja, podemos aqui falar de Moral sem remetermo-nos necessariamente à Ética em seus fundamentos e evolução histórica conceitual.

Todas as sociedades civilizadas encontradas até hoje, por mais primitivas que sejam, possuíam uma moral. Um aglomerado de hábitos e valores que direcionavam o indivíduo dizendo para ele como viver, em que acreditar, quais valores seguir e o que fazer. É impossível se falar das ações inerentes a uma sociedade sem observar seus costumes, seus valores: sua Moral. A enorme problemática inerente ao âmbito da questão é o fato de tal moral ter existido e continuar existindo em diferentes épocas, mas muitas vezes com os mesmos conceitos e costumes, e o homem enquanto animal histórico, mesmo com todo o avanço do conhecimento continua mantendo uma moral (que às vezes não é condizente com sua realidade, no máximo, simplesmente conveniente). Observemos, pois o que é esta moral que herdamos dos nossos antepassados, como ela passou a existir e por que muitas vezes não a questionamos.

A moral antecedeu o cenário das grandes religiões que dominam o mundo de hoje. A moral como regulamento das atitudes e comportamentos do ser humano em sociedade se basta no bom senso, na simples razão de viver e conviver. Segundo nosso filósofo, F. Nietzsche, o advento dessas religiões que se originaram na própria moral trouxe a exasperação dos princípios inatos do *bem* e do *mal*, resultando na opressão do homem, na escravização de sua vida, invocando um deus que deveria

salvá-lo e redimi-lo de sua predileção pelo mal em detrimento do bem. Aprisionando assim o homem e inibindo a sua autonomia. Ao invés de valorizar o homem como ser superior, a religião o relegou ao âmbito do mau, considerando-o mal, perverso, pecador e imoral. O homem deve guiar-se por si mesmo, sem precisar de valores impostos pela religião, sem necessitar de parâmetros opressores impostos por uma religião ou qualquer outro poder metafísico imposto a ele. O pecado, o erro e a falta seriam realmente a decorrência de uma má ação ou de um conceito que procurou inserir no pensamento da espécie evoluída um sentido do que é bom em si e, em decorrência, o que é mau em si?

II - Sobre a origem do *bem* e do *mal*, do *bom* e do *mau* (ruim)

É sabido de nossa parte que é impossível se criar um debate sobre a Moral e a sua genealogia sem que antes façamos uma análise prévia de conceitos constituintes que fundamentam-na. Alguns dos conceitos primários e fundamentais para se aprofundar na questão são: Bem e Mal e Bom e Mau. Nietzsche diz-nos algo sobre a origem da denominação do conceito de boa ação:

“(...) Originalmente” - assim eles decretam - “as ações não egoístas foram louvadas e consideradas boas por aqueles aos quais eram feitas, aqueles aos quais eram úteis; mais tarde foi esquecida essa origem do louvor, e as ações não egoístas, pelo simples fato de terem sido costumeiramente tidas como boas foram também sentidas como boas - como se em si fossem algo bom.” Logo se percebe: esta primeira dedução já contém todos os traços típicos da idiossincrasia dos psicólogos ingleses - temos aí “a utilidade”, “o esquecimento”, “o hábito” e por fim “o erro”, tudo servindo de base a uma valoração da qual o homem superior até agora teve orgulho, como se fosse um privilégio do próprio homem. Este orgulho deve ser humilhado, e esta valoração desvalorizada: isso foi feito?... Para mim é claro, antes de tudo, que essa teoria busca e estabelece a fonte do conceito “bom” no lugar errado: o juízo “bom” não provém daqueles aos quais se fez o “bem”! Foram os “bons” mesmos, isto é, os nobres, poderosos, superiores em posição e pensamento, que sentiram e estabeleceram a si e a seus atos como bons, ou seja, de primeira ordem, em oposição a tudo que era baixo, de pensamento baixo, e vulgar e plebeu. Desse pathos da distância é que eles tomaram para si o direito de criar valores, cunhar nomes para os valores: que lhes importava a utilidade! Esse ponto de vista da utilidade é o mais estranho e inadequado, em vista de tal ardente manancial de juízos de valor supremos, estabelece dores e definidores de hierarquias: aí o sentimento alcançou bem o oposto daquele baixo grau de calor que toda prudência calculadora, todo cálculo de utilidade pressupõe - e não por uma vez, não por uma hora de exceção, mas permanentemente. O pathos da nobreza e da distância, como já disse, o duradouro, dominante sentimento global de uma elevada estirpe senhorial, em sua relação com uma estirpe baixa, com um “sob” eis a origem da oposição “bom” e “ruim”. (O direito senhorial de dar nomes vai tão longe, que nos permitiríamos conceber a própria origem da linguagem como expressão de poder dos senhores: eles dizem “isto é isto”, marcam cada coisa e acontecimento com um som, como que apropriando-se assim das coisas.) Devido a essa providência, já em princípio a palavra “bom” não é ligada necessariamente a ações “não egoístas”, como quer a superstição daqueles genealogistas da moral. É somente com um declínio dos juízos de valor aristocráticos que essa oposição “egoísta” e “não egoísta” se impõe mais e mais à consciência humana - é, para utilizar minha linguagem, o instinto de rebanho, que com ela toma finalmente a palavra (e as palavras). E mesmo então demora muito, até que esse instinto se torne senhor de maneira tal que a valoração moral fique presa e imobilizada nessa oposição (como ocorre, por exemplo, na Europa de hoje: nela, o preconceito que vê equivalência entre “moral”, “não egoísta” e “desinteresse” já predomina com a violência de uma “ideia fixa” ou doença do cérebro).¹

Nietzsche refere-se aqui à análise feita pelos psicólogos ingleses e indica-nos como se deu a conceituação prévia do valor da ação. Isto quer dizer que a identificação do valor da ação, inicialmente, se dava de acordo com a utilidade da mesma e permanecia pelo costume perpetuando-se em seguida pelo esquecimento. O bom outrora fora tudo aquilo de primeira ordem, tudo aquilo referido aos nobres, ao sujeito de alma elevada. Mas que importava ao sujeito de alma elevada, ao aristocrata, ao nobre a utilidade? Eles eram para si o conceito de bom, belo e do próprio bem. Em contrapartida, a plebe, o comum, o mesquinho, o baixo e toda a classe vista como inferior não tinha outra opção a não ser seguir o ideal aristocrata e considerando-o como correto, íntegro e bom em si mesmo, mesmo que enquanto plebeu, jamais pudesse alcançá-lo. Em suma, é bom aquilo que em todos os tempos se mostrou diretamente como útil, e por esse fato se mostrou no direito de exigir que assim o seja considerado. Considerado como algo no valor de supremo grau, tendo valor em si mesmo. O filósofo afirma que em toda parte, nobre, aristocrático (segundo ele no sentido de ordem social) são os conceitos fundamentais, a partir dos quais se desenvolve o termo Bom no sentido que possui uma alma privilegiada, uma natureza elevada. E em paralelo se desenvolvem também os conceitos contrários: comum, plebeu, baixo, imundo e etc.² Um exemplo claro disso é o termo alemão *slecht*, que significa *mau*, que é idêntica à palavra *schlicht* que por sua vez significa *simples*. Isto é, o homem comum que se encontra por sua aparência distanciado e até mesmo oposta ao homem nobre.

Em todas as línguas, idiomas e culturas pesquisadas, sem exceções, encontrou-se sempre a tendência dos bons conceitos voltados para o nobre e os maus voltados para a plebe. As sociedades na medida em que evoluem fazem exatamente o contrário do que querem os socialistas e por sua vez os comunistas. Ou seja, tendem a se destacar dos outros sem deixar espaços para iguais. A tendência à comuna, à sociedade longe do caos e com enorme proximidade em riquezas de hábitos e valores é tudo o que os indivíduos considerados evoluídos não querem. A comuna é a forma mais primitiva de organização social e de busca pela sobrevivência da espécie. Tudo que o aristocrata não quer é ser igual aquele que ele considera inferior, ou até mesmo aquele que ele considera igual a ele: ele tende a diferenciar-se naturalmente (nos hábitos, no vestir, no comer, no aparentar: no modo de ser). No que tange a origem dos conceitos de Bom e Mal e Bem e Mau (principalmente de Bom e Mal) temos o conceito antecessor: Puro. O conceito de Puro e impuro, segundo nosso amigo filólogo,³ surgiu para diferenciar as castas. Puro queria dizer simplesmente um homem que se lava, que se abstém de certos alimentos que causam doenças e poluem o organismo, que não se deita com mulheres impuras e da plebe e tem horror a sangue. O puro desenvolveu e levou ao Bom, e o Impuro ao contrário, levou ao Mal.⁴

III - O conceito deturpado posteriormente

Como vimos acima, a aristocracia cria sua moral, cria seus valores com base no que é seu, com base no que se é ou no que se pensa ser. É justamente no âmbito dos homens de espírito elevado

que aflora o conceito de bom que se identifica com o que realmente é visto como bom ao longo dos séculos por sua beleza e utilidade. O homem que se considerava puro, o homem superior, buscava sempre exaltar-se e distanciar-se dos considerados inferiores, tendo como relação de ligação com eles o simples fator de exploração (Aristóteles chega a ser um claro exemplo disso em seus escritos filosóficos sobre a *Pólis*). Por mais que o aristocrata seja tendencialmente superior em seu espírito e que ele nem sempre precise de alguém que o sirva ou faça os serviços considerados impuros, ainda sim ele o quer, e por isso ele não pode abster-se de forma integral do plebeu, do indivíduo considerado inferior. O indivíduo impuro deve executar o serviço impuro. Isso tudo parece-nos assustador e até mesmo pedante e injusto.

Claro que de certa forma até podemos assim considerar, mas a verdade histórica e filológica da humanidade não é nenhum conto de fadas no qual podemos nos deliciar e apreciar o amor, a justiça e a paz entre os homens.

Ao contrário, o homem baixo, o Plebeu, o escravo não deixou a desejar na criação de seus valores. Toda classe, por mais tardio que seja, institui os seus valores, mesmo que de forma obscura ou espelhada nos valores de outra classe. Por tempos a classe baixa se conformou em tentar imitar a classe superior considerando-os como realmente superiores ou se conformando em viver como seres inferiores, mas em um determinado momento o ódio, a inveja, a cobiça, a revolta, acomete os escravos e eles criam para si uma Moral. A questão da moral dos escravos é circunstancialmente uma fundamentação de uma *moral da negação*. Os escravos não têm bens materiais para amar, venerar e chamar de seus, nem mesmo as suas vidas são suas, pertencem aos seus senhores. Enquanto a moral aristocrata nasce de uma triunfante afirmação de si mesmo e de tudo que lhe pertence, a moral dos escravos opõe um não a tudo o que não é seu, a um “de outro modo”, a um “não ele mesmo”. O não do escravo é seu ato criador.

O homem bom cria seus valores pelo que “tem” e “é”, o homem mau cria seus valores negando tudo que ele mesmo não possui nem é, negando o homem bom, negando o aristocrata, suas posses e costumes.

Os bem nascidos, os nascidos em “berço de ouro”, se sentiam justamente como felizes. Em contrapartida, a classe inferior se ressentia como infeliz. É a partir de se autointitular infeliz por pressão ou ser o contrário do que se intitula feliz que o plebeu considera-se digno de compaixão. Para o aristocrata, ser feliz se constitui em agir, em ser; para a plebe a felicidade constitui o querer-ser (o outro), o poder ser o que não se é mas se quer ser, o fantasiar ser e em desdenhar o superior a ele considerando-o inferior de uma forma odiosa e absurda. O ressentimento é criador, ele gera valores. Os mau nascidos constroem artificialmente a sua felicidade. Nietzsche diz:

Enquanto o homem nobre vive com confiança e franqueza diante de si mesmo (“nobre de nascimento”, sublinha a nuance de “sincero”, e talvez também “ingênuo”), o homem do ressentimento não é franco, nem ingênuo, nem honesto e reto consigo. Sua alma olha de través; ele ama os refúgios, os subterfúgios, os caminhos ocultos, tudo escondido lhe agrada como seu mundo, sua segurança, seu bálsamo; ele entende do silêncio, do não esquecimento,

da espera, do momentâneo apequenamento e da humilhação própria. Uma raça de tais homens do ressentimento resultará necessariamente mais inteligente que qualquer raça nobre, e venerará a inteligência numa medida muito maior: a saber, como uma condição de existência de primeira ordem, enquanto para os homens nobres ela facilmente adquire um gosto sutil de luxo e refinamento - pois neles ela está longe de ser tão essencial quanto a completa certeza de funcionamento dos instintos reguladores inconscientes, ou mesmo uma certa imprudência, como a valente precipitação, seja ao perigo, seja ao inimigo, ou aquela exaltada impulsividade na cólera, no amor, na veneração, gratidão, vingança, na qual se têm reconhecido os homens nobres de todos os tempos. Mesmo o ressentimento do homem nobre, quando nele aparece, se consome e se exaure numa reação imediata, por isso não envenena: por outro lado, nem sequer aparece, em inúmeros casos em que é inevitável nos impotentes e fracos. Não conseguir levar a sério por muito tempo seus inimigos, suas desventuras, seus mal feitos inclusive - eis o indício de naturezas fortes e plenas, em que há um excesso de força plástica, modeladora, regeneradora, propiciadora do esquecimento (no mundo moderno, um bom exemplo é Mirabeau, que não tinha memória para os insultos e baixezas que sofria, e que não podia desculpar, simplesmente porque - esquecia). Um homem tal sacode de si, com um movimento, muitos vermes que em outros se enterrariam; apenas neste caso é possível, se for possível em absoluto, o autêntico “amor aos inimigos”. Quanta reverência aos inimigos não tem um homem nobre! (e tal reverência é já uma ponte para o amor). Ele reclama para si seu inimigo como uma distinção, ele não suporta inimigo que não aquele no qual nada existe a desprezar, e muito a venerar! Em contrapartida, imaginemos “o inimigo” tal como o concebe o homem do ressentimento - e precisamente nisso está seu feito, sua criação: ele concebeu “o inimigo mau”, “o mau”, e isto como conceito básico, a partir do qual também elabora, como imagem equivalente, um “bom” - ele mesmo!...⁵

O nobre chega à conclusão do que é mau por observar o que é oposto a ele, já o plebeu chega ao que é bom amesquinhando o nobre, encontrando-se em meio ao que é mau, por já ser mau tenta identificar-se como bom denominando tudo que é bom como mau por ser o seu contrário, por ser o que nasce no íntimo de seu ressentimento. Na moral do ressentimento o ódio por tudo que se refere ao outro se exacerba, o que se opõe a ele, a moral do nobre: O nobre encontra o conceito de *bom e mal e bem e mau* sem precisar de um outro, basta que não seja ele, já é motivo suficiente para ser negativo.

Nesta perspectiva, a própria cultura nos é dada como objeto de castração e adestramento da besta humana. Na medida em que tenta transformar o animal imponente e egoísta em dócil, pacato e educado. Deve se considerar como os verdadeiros instrumentos da cultura todos estes instintos de reação e de ressentimento, graças aos quais se acabou por quebrar e subjugar as linhagens nobres com seus ideais. Nobre nunca quis dizer piedoso, caridoso ou homem do povo. É das demais Morais, inventadas longe da aristocracia e dos valores de pureza e riqueza que nascem as religiões que deturpam a Moral em sua originalidade. De forma alguma é o indivíduo humano, um ser que deve estar sobre um pedestal considerando-se imortal e superior em todas as formas de sua existência, alegando que nele reside o sopro do divino.

O ódio que culminou na Moral dos escravos é o mesmo ódio que formulou as religiões que pregam a conversão e não a dominação. A conversão se apresenta como um insulto a tudo aquilo que o outro acredita, quando, de forma sutil ele é convencido que o melhor é o pior, que o bom é o ruim e que os valores que ele conhece e acredita são inversos. Tudo o que o indivíduo sempre acreditou ser tão bom por sua natureza é subvertido por uma doutrina de seres de ódio que não alcançaram tais posições e por isso criam seus próprios valores de forma invertida tentando corromper tudo que os cerca e que

não se identifica com o que eles acreditam que seja um “conceito superior” ao real “conceito superior” propriamente dito. Corrompem tudo o que os cerca como se fossem ácido jogado em meio a plantação fértil, natural, bela e prazerosa. Abdicam dos prazeres que a realidade nos mostra como sendo reais para buscar prazeres duvidosos que brotam no âmbito de promessas jamais cumpridas e evidências jamais comprovadas, tudo isso bem longe da sensação prazerosa que nos dá tudo aquilo que eles denominam como pecado. Assim, Nietzsche afirma:

De um lado uma espécie de concentração e organização dos doentes (- a palavra “Igreja” é o nome mais popular para isso), de outro lado uma espécie de salvaguarda provisória dos mais sadiamente constituídos, dos mais plenamente forjados, criando-se assim um abismo entre doentes e sãos - durante muito tempo isto foi tudo! E era muito! Era muitíssimo!...

(Nesta dissertação, como se vê, parto de um pressuposto que não tenho primeiro de justificar, em vista de leitores tal como os necessito: o de que a “natureza pecaminosa” do homem não é um fato, mas apenas a interpretação de um fato, ou seja, uma má disposição fisiológica - vista *sob* uma perspectiva moral-religiosa que para nós nada mais tem de imperativo. – Que alguém se *sinta* “culpado”, “pecador”, não demonstra absolutamente que tenha razão para sentir-se assim; tampouco alguém é são apenas por sentir-se são.⁶

É desta motivação doentia, é desta noção de pecador que brota a ideia de dever. A ideia do dever, ou *dever moral*, é inserida de forma a pretender tornar o indivíduo consciente de que ele deve fazer algo em prol de um regimento que está sobre ele e sua espécie. O dever não é a lei, é um imperativo categórico que se impregna na consciência do sujeito como se nele tivesse sido feita uma lavagem cerebral que não mais o motiva a **sobreviver**, a viver, a sentir e sim a obedecer, seguir, ser orientado e enquadrar-se em regras que te orientam a negar a vida em prol de qualquer outra coisa que te orienta para o âmbito das sensações, da vontade, da liberdade e impede o homem de ser senhor de si. Para Nietzsche nenhum preço a se pagar é alto demais quando a recompensa é ser senhor de si mesmo.

Nas palavras de Nietzsche: “Para o homem que possui o conhecimento não existe dever...”⁷ O sacerdote asceta, o sujeito do ódio subjugado, o líder da angústia e da negação do real, do racional, do vívido, da própria vida. Este sujeito que tange os outros ao rumo da miséria que ele próprio se encontra pelo espírito do ressentimento é o líder de muitas pequenas sociedades medíocres e de crença fantasiosa.

IV - A moral para Nietzsche e a consequência religiosa

O homem livre, ativo e independente é o homem que devemos criar, é neste homem que devemos investir. Os valores que este homem criar serão valores mais elevados que os da mesquinharia que desafortuna a vida. Um homem assim é um homem mais digno de viver, justamente por amar a vida e a exaltar em sua própria existência, em sua estilística do existir. Um homem que luta pela vida, simplesmente por ela e nada mais é um homem mais seguro do futuro. Segundo Nietzsche: “...era até

aqui quase coisa mais temida em si, – e esse temor fez com que se quisesse, se desejasse, se obtivesse o tipo contrário: o animal doméstico, o animal de rebanho, o homem animal doente – o cristão...”⁸

O conceito *compaixão*, que é o conceito que apoia a moral dos fracos, inferiores e excluídos, diz-nos: “este é fraco, por isso este é digno de compaixão, este é pobre, coitado dele.” É onde o fraco é chamado de bom. A compaixão torna-se contagiosa e ela arrasta para baixo todo aquele que se encontra em cima, ela torna a dor compartilhável, ela faz da dor um sentimento coletivo, ela transforma o declínio particular em prejuízo coletivo que traz o declínio para um grupo inteiro ao invés de deixar que um membro fraco do grupo caia sozinho por sua incompetência e fraqueza. Segundo Nietzsche, toda a doutrina do imperativo categórico Kantiano⁹ cai por terra no momento em que infringe as regras mais naturais e inequívocas da existência dos seres vivos, ou seja, a de que todo homem deve inventar seu próprio imperativo, seus próprios princípios e assim criar seus valores. Nietzsche diz que: “É o contrário que exigem as mais profundas leis da conservação e do crescimento: que cada um invente sua virtude, seu imperativo categórico. Um povo se arruína quando confunde a ideia do seu dever com a ideia do dever em geral.”¹⁰

Para o nosso filósofo essa é decididamente a receita da incompetência e da contradição. Tudo que não queremos e muito menos precisamos é o individuo fraco e passivo, sendo tangido por outras vontades que não a sua. Por *Moral*, Nietzsche entende valores e princípios que o individuo cria para si (ou deveria criar para si). Não valores que são transmitidos por outras pessoas, religiões ou costumes. O sujeito pode apropriar-se de valores que não foram criados por ele, pode sim acreditar em algo que não foi inventado por ele, mas desde que esses valores não sejam impostos ou forçados a ele mesmo de forma agressiva, sutil ou arbitrária. A moral de um sujeito deve ser criada por ele próprio. Fazendo um movimento entre ele mesmo e tudo que o agrada, que o afirma como vivo, livre e solto do subjugo das castas inferiores que querem lhe desviar de seu caminho. No fim se percebe que não existem caminhos a serem trilhados e nem caminhos a serem traçados: existem caminhos a serem criados.

Falo de caminhos a serem criados e não traçados, porque pensar em um caminho pronto é pensar em uma existência acabada, com uma verdade a seguir, com uma estrada cheia de setas que te orientam desde o seu nascimento. Com o individuo humano não deve ocorrer isto! Aliás, no que tange a existência, isso é improvável, impossível. Os caminhos são feitos e refeitos continuamente até que o sujeito chegue ao fim de sua existência. Pensar em ideais prontos a seguir, pensar em verdades universais, pensar em determinação metafísica é pensar em “Verdade em si”.

A Verdade sempre é atribuída pela fé. Toda forma de fé é ‘não querer saber do que realmente é verdade enquanto se busca a significação mais íntima do conceito de verdade. Para Nietzsche a crença obstinada de toda espécie é mesmo uma expressão de abnegação, de alienação de si. Todos estes aglomerados de conceitos que tem fundamentado a filosofia, a ciência e a religião, igualam-se no quesito de *Busca pela verdade*. Pensar a verdade é em si abdicar do real, do contingente, do empiricamente existente para pensar o transcendente, o fictício, o superior, o além da vida: A Verdade. A verdade iguala todos os ascetas em um só patamar, a saber, o de zumbis sedentos por algo que jamais irá satisfazê-los, justamente por não existir.

O humano é a única espécie que busca a verdade, isto por que é a espécie fantasiosa e trágica que busca algo que nem ela mesma sabe a origem, o “porquê” e a “finalidade”. Para Nietzsche, verdade é só um conceito sobre o qual uma determinada espécie de seres vivos não consegue viver sem. Pensar a verdade chega a ser uma idiossincrasia, buscá-la então, é um absurdo desnecessário, mas isso ainda acontece por uma razão: “O homem prefere a vontade do nada do que o nada da vontade.”¹¹

Preferimos o âmbito do irreal a reconhecer que o irreal é irreal. Busca-se algo para venerar, cria-se um bezerro de ouro na ausência de qualquer outra noção que disperse este vazio chamado existência humana. Buscar o fundamento é exatamente o grande problema que tange o declínio da moral, até mesmo dos homens mais esclarecidos e de espíritos mais libertos. O divino do existir é estar exposto as fraquezas e angústias, felicidades e alegrias. Chega-se ao cume do monte da vida quando se percebe que a vida é vida por si só, e que seu único sentido é a ausência de sentido, que seu único sentido é viver. A essência do fundamento é o vazio. O homem é o ser que saltou num abismo e que espera cair no chão, que espera encontrar o fundamento, o fundo, mas ele não encontra, ele não sente o solo. Ele só cai... Em uma de suas mais ilustres obras, a saber, *Assim Falava Zarathustra* Nietzsche Diz:

O homem é uma corda estendida entre o animal e o super-homem. Uma corda sobre um abismo. Perigosa para percorrê-la, é perigoso ir por esse caminho, é perigoso olhar para trás, perigoso tremer e parar. O que é grande no homem é ele ser uma ponte e não uma meta. O que se pode amar no homem é ele ser uma passagem e um declínio.¹²

Podemos agora compreender a Moral em seus fundamentos básicos. E podemos também agora, mais do que nunca, questionar a finalidade disto e a que esta noção de finalidade tem nos levado. A contemporaneidade é o olho do furacão.

Estamos vivendo o ápice das consequências históricas que a humanidade tanto presenciou e muitas vezes tentou evitar. Agora temos a chance de vislumbrar o advento de um novo período histórico e questioná-lo, não mais em seus fundamentos, mas em seu curso, em seu caminho.

V - Considerações finais (a questão na atualidade)

Pesquisas nos mostram que as igrejas das mais variadas religiões (principalmente as que se dizem cristãs/evangélicas) arrecadam mais de um bilhão por mês.¹³ Nesta perspectiva podemos observar o impacto econômico e estrutural que a moral das religiões tem na sociedade atual. Vemos por inúmeras vezes o sentimento de angústia e de culpa em muitas pessoas que se dizem religiosas. Elas se restringem a fazer muitas coisas que gostariam ou até deveriam por uma restrição da moral inerente em suas religiões ou crenças. Sim! A moral de suas religiões ou crenças, e não a sua própria moral. Muitas delas nem sequer entendem o porquê daquilo tudo, não se situam no contexto histórico daquilo que acreditam. Porém, em contrapartida a doutrina restringe e impede o indivíduo de emancipar a si

mesmo e de dizer o que são prioridades, entendendo que um dia lhe foi ensinado que um deus, um céu, uma missão não escolhidos diretamente por ele são prioridades.

O que é mais absurdo de que um país que se diz laico (como o Brasil) propor descontos ou isenção nos impostos (principalmente no IPTU) das igrejas, capelas e congregações? O que é mais inadmissível do que um país que se diz democrático, laico e justo, utilizar verba pública para construir, reformar, restaurar e manter estátuas de santos da igreja católica em inúmeros pontos das cidades? Isto sem contar a imagem da cruz cristã com Jesus nela que existe no ponto mais alto da câmara dos deputados, que é (teoricamente) o símbolo da democracia representativa. O Estado, teoricamente falando, deveria representar a vontade coletiva, e, enquanto país laico restringir à qualquer órgão ou patrimônio público qualquer tipo de manifestação religiosa ou a propagação da mesma, principalmente se a mesma for financiada com o dinheiro público. Não se deve proibir, inibir ou reprimir a religião de ninguém, mas também não se deve, através dos meios, dos poderes e financiamento público, incentivá-los. Jamais deveria conservar as crenças, considerando que não há nada mais perigoso de que o interesse religioso ou privado no interior do interesse político. Até que ponto manter uma moral oficial no Estado é algo positivo? Na verdade não é de forma alguma positivo, pois aprisiona e desgasta qualquer possibilidade de autonomia intelectual e volitiva do sujeito moral, do cidadão. O casamento da lei, do regimento da justiça com a religiosidade ou a moral das religiões, que é a doutrina da crença, só pode ter como resultado a superavaliação de noções arbitrárias do real sobre a sua significativa contingência.

A liberdade religiosa e a liberdade de expressão são pontos constituintes da moral em si mesma, ou seja, a moral de valores criados pelo sujeito.

Mas tais valores devem ser individuais. E quando forem coletivos, cientes de que a possibilidade da existência de outra moral é a efetivação da existência da liberdade. Que os loucos dançam por ouvir a música, que os surdos aquietem-se por não perceberem os sons. Que a Moral não seja jamais coletiva. É a pluralidade da diferença que nos torna humanos, demasiadamente humanos.

NOTAS

¹ Nietzsche, Friedrich. *A genealogia da moral*. p. 28, Editora Escala 2009. São Paulo. 3º edição.

² Ibidem. p. 31.

³ Friedrich Nietzsche era também, além de Filósofo, Filólogo.

⁴ Nietzsche, Friedrich. *A genealogia da moral*. p. 34, Editora Escala 2009. São Paulo. 3º edição.

⁵ Nietzsche, Friedrich. *A genealogia da moral*. Editora Escala 2009. São Paulo. 3º edição, p. 42.

⁶ Ibidem. p. 142-143.

⁷ Ibidem. p.147

⁸ Nietzsche, Friedrich. *O Anticristo*. Editora Escala 2009. São Paulo. 2º edição, p. 20.

⁹ Immanuel Kant (1724 – 1804) foi um dos mais ilustres pensadores da filosofia ocidental. É ele o pai do imperativo categórico. O imperativo categórico é o dever que toda pessoa tem de doar conforme os princípios que ela quer que todos os seres humanos sigam, se ela quer que seja uma lei da natureza humana, ela deverá confrontar-se realizando para si mesmo o que deseja para o próximo. Em suas obras Kant afirma que é necessário tomar decisões como um ato moral, ou seja, sem agredir ou afetar outras pessoas de forma negativa.

¹⁰ Nietzsche, Friedrich. *O Anticristo*. Editora Escala 2009. São Paulo. 2º edição, p. 32.

¹¹ Nietzsche, Friedrich. *A genealogia da moral*. Editora Escala 2009. São Paulo. 3º edição, p. 172.

¹² Nietzsche, Friedrich. *Assim falava Zaratustra*. p.24, Editora Escala 2008. São Paulo. 3º edição.

¹³ Disponível em: < <http://mesquita.blog.br/igrejas-evangelicas-arrecadam-mais-de-1bi-por-mes>>.

REFERÊNCIAS

NIETZSCHE, Friedrich. **A genealogia da moral**. 3 ed. São Paulo: Editora Escala, 2009.

NIETZSCHE, Friedrich. **O Anticristo**. 2 ed. São Paulo: Editora Escala, 2009.

NIETZSCHE, Friedrich. **Assim falava Zaratustra**. 3 ed. São Paulo: Editora Escala, 2008.

NIETZSCHE, W. F. **Sämtliche Werke**. (Org.) G. Colli Mazzino Montinari. Munique: DTV/ De Gruyter, 1996. Obra crítica em 15 volumes.

KAHLMAYER-MERTENS, Roberto. Resenha: **Da Genealogia da moral de F. W. Nietzsche**. Consciencia.org, 2011.

KANT, Immanuel. **Fundamentação da metafísica dos costumes**. 1 ed. São Paulo: Editora Barcarolla.

MESQUITA. **Igrejas Evangélicas Arrecadam mais de um milhão por mês**. Disponível em:< <http://mesquita.blog.br/igrejas-evangelicas-arrecadam-mais-de-1bi-por-mes>>.